

Nesta edição encontramos 10 capítulos relacionados com a problemática da(s) Juventude(s) nos contextos do trabalho e do emprego, da educação, da cidadania e dos novos movimentos sociais. Esta lógica radica na própria natureza complexa dos desafios que se colocam aos jovens em diversos contextos institucionais e/ou informais onde se manifesta a pluralidade das situações com que se encontram confrontados. Neste sentido, abre inúmeras pistas de reflexão que possibilitam um melhor conhecimento da sociedade portuguesa e são também um contributo para a definição das políticas públicas de juventude, uma orientação para uma melhor adequação às suas realidades plurais. Como afirma, no primeiro capítulo deste livro, Machado Pais são necessárias "...políticas criativas que tomem os jovens como agentes de inovação".

JUVENTUDE(S)
NOVAS REALIDADES
NOVOS OLHARES

JUVENTUDE(S) NOVAS REALIDADES NOVOS OLHARES

Organização

Gilberta Pavão Nunes Rocha
Rolando Lalanda Gonçalves
Pilar Damião de Medeiros



ISBN 978-989-755-213-7
9 789897 552137



CICS.UAC
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
Universidade dos Açores



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
CICS.NOVA.UAC

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
UID/SOC/04647/2013



EDIÇÕES
HÚMUS



JUVENTUDE(S): NOVAS REALIDADES. NOVOS OLHARES

Organização:
Gilberta Pavão Nunes Rocha
Rolando Lalanda Gonçalves
Pilar Damião de Medeiros

Diretor da coleção: Manuel Carlos Silva
Subdiretores: Luís Baptista e Ana Paula Marques

Capa: António Pedro

© Edições Húmus, Lda., 2016
Apartado 7081
4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão
Telef. 926 375 305
humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão
1.ª edição: Julho de 2016
Depósito Legal: 411534/16
ISBN: 978-989-755-213-7

Coleção Debater O Social – 39

Este livro foi objecto de avaliação científica

AVALIADORES CIENTÍFICOS

Ana Cristina Palos

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc

Álvaro Borralho

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc

Ana Nunes de Almeida

Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa

Ilona Kovacs

Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS) - ISEG-UL

Jorge Ávila de Lima

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc

José Machado Pais

Licínio M. Vicente Tomás

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc

Manuel Carlos Silva

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – CICS.NOVA.UMinho

Manuel Lisboa

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – CICS.NOVA | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Piedade Lalanda

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc

Rolando Lalanda Gonçalves

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc

Rui Brites

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

ÍNDICE

- 7 Introdução
Rolando Gonçalves / Gilberta Pavão Nunes Rocha / Pilar Damião de Medeiros
- 19 Jovens, trabalho e futuro: dilemas e desafios
José Machado Pais
- 43 Inserção no mercado de trabalho: percursos de emprego e de vida de jovens (ISEG-UL)
Ilona Kovács
- 73 Acesso ao mercado de trabalho jovens com baixas qualificações escolares e de contextos sociais desfavorecidos
Fernando Diogo / Patrícia Faria
- 103 Os desafios da reconversão profissional de jovens nas atividades do setor primário: o caso do projeto Terra Nostra – capacitação com raízes
Francisco Simões / Rui Drumonde
- 123 Juventude(s) e escolhas de futuro: do risco ao arriscar
Maria Manuel Vieira
- 149 Praxes académicas: jovens e desafios de integração no ensino superior.
Suzana Nunes Caldeira / Osvaldo Silva / Maria Mendes / Susana Botelho
- 169 Perceção dos alunos universitários relativamente à adoção de crianças por famílias homossexuais
Osvaldo Silva / Áurea Sousa
- 183 A tutoria escolar como factor promotor do sucesso escolar e do bem-estar de jovens: impactos de uma prática
Francisco Simões
- 209 A consciência geracional e continental nos jovens portugueses: entre media e consumos os desafios para uma nova economia cultural europeia
Vania Baldi
- 223 Cidadania global e os novos movimentos juvenis: lutas por redistribuição e reconhecimento
Paulo Vitorino Fontes
- 243 Notas biográficas

CIDADANIA GLOBAL E OS NOVOS MOVIMENTOS JUVENIS: LUTAS POR REDISTRIBUIÇÃO E RECONHECIMENTO

Paulo Vitorino Fontes

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - UNIVERSIDADE DE ÉVORA

INTRODUÇÃO

Num mundo cada vez mais global, ligado em rede, temos observado o que muitos teóricos denominam de um novo ciclo de protestos globais, de novos contornos de ação coletiva. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2001, p. 177), as últimas duas décadas foram experimentais e contraditórias, uma vez que até agora não foi conseguida a estabilidade nos países centrais de um novo modo de regulação social em substituição do modo capitalista industrial. O que levou a que as soluções experimentadas, além de serem empíricas e instáveis, sejam contraditórias. Para o autor, este excesso de regulação tem convivido nos últimos vinte anos com movimentos emancipatórios fortes, com o surgimento de novos protagonistas num renovado contexto de inovação e de transformação sociais. A hegemonia do mercado com os seus atributos e exigências alcançou um tão elevado nível de naturalização social que o quotidiano já não pode ser pensado sem ele. É esta a contradição que Santos (2001, p. 177) invoca, alertando-nos que não devemos nenhuma lealdade cultural específica ao mercado, pelo que “é socialmente possível viver sem duplicidade e com igual intensidade a hegemonia do mercado e a luta contra ela”. A realização desta possibilidade depende de muitos fatores, como sejam, a descoberta de novas formas de opressão e as alterações que ocorreram na relação regulação - emancipação e na relação subjetividade - cidadania, tendo em conta que esses fatores não estão presentes em todas as regiões do planeta da mesma forma. Ao surgirem novas formas de opressão e com o isolamento político do movimento

operário foram potenciadas as condições para o surgimento de novos sujeitos sociais e novas práticas de ação coletiva.

Neste artigo pretendemos explorar um novo caminho da pesquisa acerca da prática ativa da cidadania juvenil na era global: a participação da juventude nos chamados “movimentos anti-globalização”, que aqui são conceptualizados como novos movimentos sociais. Começaremos por uma breve abordagem do conceito de juventude, para depois iniciarmos uma análise dos vários movimentos sociais, discutindo as suas principais características, de forma a centrar a nossa atenção nos vários movimentos de globalização alternativa e nas implicações teóricas associadas a estes.

Ao contextualizarmos a vasta problematização sociológica em torno da juventude, percebe-se que a nível teórico, existe uma ambígua definição de juventude, oscilando entre dois eixos semânticos: como unidade e como diversidade e entre duas correntes: classista e geracional (Machado Pais, 1990). Segundo Pilar Damião de Medeiros (2015, p. 94), importa compreender que a juventude da era (pós) moderna encontra um mundo radicalmente novo, pelo que deverá ser encarada como um objeto de estudo com características diferentes. A atual sociedade globalizada, repleta de desigualdades e de paradoxos sociais, culturais e políticos; a perda da cristalização das etapas da vida; a multiplicidade de pontos de referência; a emergência de uma sociedade de risco e os novos fluxos de comunicação e de informação que vêm potenciar novas capacidades constituem fatores fundamentais para a ressurgência das perspetivas geracionais (Damião de Medeiros, 2015, p. 94). Para Nuno Augusto (2008, p. 161), “mais do que um espaço de transmissão ou de adaptação, a juventude é entendida crescentemente como um espaço de construção e de questionamento dos modelos políticos erigidos pelas gerações anteriores”, pelo que “o ressurgimento do conceito de geração na sociologia nas últimas duas décadas deve-se, em grande medida, à intensificação dos efeitos da sociedade de risco, que os jovens experimentam de um modo crescentemente incerto e inseguro” (p. 161). A corrente geracional, seguindo a conceptualização de Machado Pais (2003, p. 109) entende a juventude como uma fase da vida, em que as diversas culturas juvenis são culturas características de uma geração; enquanto a corrente classista entende as culturas juvenis como culturas de classe, onde a reprodução social é considerada em termos de reprodução das classes sociais. Consoante os ângulos analíticos com que se considere

a juventude, poderá ser mais vantajoso optar pela corrente geracional ou classista. Não é nossa intenção abandonar os critérios e recursos da sociologia da estratificação e das classes, mas afigura-se mais adequado à nossa investigação, encarar a juventude como um todo, numa perspetiva de horizontalidade, em que “a valorização da problemática da juventude justifica-se em função dos signos de continuidade e descontinuidade inter-geracionais” (Machado Pais, 1990, p. 154). Considerando a pluralidade das formas de expressão e associação entre indivíduos na sociedade (pós)moderna, pretendemos ao longo do nosso trabalho realçar o papel da juventude na ação coletiva e, principalmente, nos movimentos sociais mais recentes.

Os movimentos sociais têm sido definidos, segundo Donatella Della Porta & Manuela Caiani (2009, p. 6), “como redes informais densas de atores coletivos envolvidos em relações conflituais com oponentes claramente identificados, os quais partilham uma identidade coletiva distinta, usando principalmente os protestos como o seu *modus operandi*”.¹ Os movimentos sociais são compostos por redes de grupos e ativistas, com uma identidade emergente, usando inúmeras formas não convencionais de participação e de protesto. Surgiram no século XIX com a implementação do Estado-Nação e em oposição à regulação imposta por este, em inúmeros motivos de contestação social, laboral e política. O surgimento dos “velhos” movimentos sociais no século XIX até princípios do século XX esteve associado ao desenvolvimento da sociedade industrial; estes movimentos são com frequência percebidos como lutas baseadas na classe, movimentos de trabalhadores conduzidos por adultos masculinos, mesmo que muitos dos seus protagonistas tenham sido jovens, estudantes, boémios e trabalhadores jovens. Os “velhos” movimentos sociais enfatizavam os protestos económicos, mas também tinham pretensões políticas e morais: democratização, direito de voto e igualdade de direitos. As características culturais destes movimentos denotavam uma significativa homogeneidade e o modelo organizacional dominante baseava-se na articulação de grupos locais com forte coesão interna e com uma forte construção identitária (Juris *et al*, 2012, p. 27).

1 Para um maior aprofundamento teórico consulte Della Porta & Diani ([1999] 2006, pp. 20-29).

O surgimento dos “novos” movimentos sociais nos anos sessenta do século XX esteve associado ao surgimento de novos modos de ação coletiva na era dos meios de comunicação de massas e das contraculturas juvenis. Os movimentos estudantis em Berkeley em 1964 e em Paris, Roma, Nova Iorque e México em 1968 foram os protestos fundantes. As lutas associadas percorriam várias classes sociais e já não se centravam essencialmente na redistribuição de recursos económicos. A base social destes movimentos afastou-se dos critérios de classe, enfatizando outros critérios com base no reconhecimento identitário: geração, género, orientação sexual e etnicidade, em particular as comunidades marginalizadas (negros, ciganos, indígenas, entre outras). A base territorial dos novos movimentos sociais deixou de ser local e passou a ser regional e transnacional. Os movimentos ambientalista, pacifista, feminista, gay-lésbico, entre outros, foram exemplos caraterísticos. Ainda que muitas das pessoas participantes fossem adultas, estes movimentos foram com frequência concebidos como movimentos de juventude e de base de género, uma vez que lutavam pela emancipação e pela liberdade sexual dos jovens e das mulheres. A participação da juventude deu lugar a uma multitude de microculturas juvenis, revelando uma dimensão transnacional, mesmo assumindo diversas formas em cada país (Touraine, 1978; Melluci, 2001).

Nos primeiros anos do século XXI surgem novos modos de ação coletiva numa era de redes globais e de ciberculturas juvenis. Os novos movimentos salientam várias dimensões, os seus principais protestos são culturais, sociais, económicos e ambientais; não se resumem exclusivamente ao interesse individual, mas incluem a solidariedade com aqueles que são marginalizados pela globalização. As lutas destes movimentos atravessam gerações, géneros, etnias e territórios. Deixam de estar confinadas às fronteiras nacionais e situam-se no espaço global, usando as mesmas ferramentas do sistema neoliberal a que se opõem. A sua descentralização constitui um internacionalismo localizado (*globalidade*). Carles Feixa (2002), pioneiro nos estudos sobre a juventude no espaço Iberoamericano empregou pela primeira vez o conceito de “novos, novos movimentos sociais”, enquanto que Della Porta e Diani ([1999] 2006) usaram o termo de “movimentos sociais globais”; mais tarde também surge o termo “novíssimos movimentos sociais” em Juris *et al* (2012), todos eles para caraterizarem os mais recentes movimentos sociais.

Importa salientar que esta tentativa de distinguir os movimentos sociais em diferentes períodos históricos não pretende estabelecer categorias rígidas, mas auxiliar na análise heurística dos movimentos sociais; uma vez que, na prática os vários movimentos de todos os contextos históricos exibiram caraterísticas associadas com os velhos, novos e “novíssimos” movimentos sociais. A partir dos vários pontos em comum e das interligações entre os vários movimentos sociais abre-se um vasto campo de análise, principalmente se recorrermos à perspetiva interseccional desenvolvida pela teoria crítica feminista mais recente, conjugando vários indicadores como o género, a idade, a classe, a nacionalidade, a etnia sobre os vários movimentos sociais nos diferentes períodos históricos. Apesar da anterior existência de práticas internacionalistas nos velhos movimentos operários, no princípio do século vinte um, os movimentos sociais deslocam-se de uma forma mais acentuada do plano nacional para o plano transnacional. Este deslocamento é evidente para as estruturas económicas, políticas e corporativas multinacionais, mas também é manifesto para as resistências em rede a essas forças hegemónicas. Na sociedade da informação, os movimentos e o ativismo social estão associados a pretensões culturais, comprometidas com uma cidadania global e articuladas por redes globais. A participação dos jovens nos mais recentes movimentos sociais constitui um fator chave para estas mudanças, não só porque são pioneiros na sociedade digital e no espaço dos fluxos de informação e de comunicação (Juris *et al*, 2012; Castells, 2004), como também se movem atravessando as fronteiras nacionais e sociais, vivendo “conexões transnacionais” (Hannerz, 1998). Há que salientar o horizonte de profundas modificações a que tem sido sujeita a identidade e a socialização dos indivíduos no novo contexto tecnológico. Assim como, as novas gerações não podem ser compreendidas sem examinar as mudanças culturais originadas pelas novas tecnologias da comunicação e da informação. De igual forma, este mundo virtual repleto de instrumentos tecnológicos está configurando a sua visão do mundo e da vida. São elas as novas gerações as protagonistas dos seus processos de enculturação.

GLOBALIZAÇÃO, GLOBALIZAÇÃO ALTERNATIVA E MOVIMENTOS SOCIAIS GLOBAIS

Nas últimas duas décadas, o mundo testemunhou o surgimento e a afirmação de um novo ciclo de ação coletiva, marcada por novas lutas e gramáticas de resistência, por diferentes espaços de participação e por novas formas de organização. Segundo Juris *et al* (2012), é possível distinguir três etapas nos movimentos globais mais amplos, as que de uma forma metafórica chama de latência, surgimento e consolidação. A etapa da latência verificou-se na última década do século XX. O momento crucial, a partir de Chiapas, foi a um de janeiro de 1994, quando o Subcomandante Marcos e o Exército Zapatista da Libertação Nacional se revoltaram contra o governo mexicano no dia que entrava em vigor o Tratado de Livre Comércio da América do Norte. Como salienta Juris *et al* (2012, p. 25), a diferença em relação às forças de guerrilha clássicas é que lutavam com informação, mais do que com armas, gerando uma rede global descentralizada de grupos de solidariedade que proliferariam no México e um pouco por todo o mundo. Ao mesmo tempo, as organizações financeiras internacionais como a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o G8, trabalham conjuntamente para estabelecer uma nova ordem económica, suprimindo as barreiras que impedem o livre comércio a nível mundial. Se por um lado assistimos a um processo de globalização do capital, por outro, assistimos a um processo de globalização das bases (Appadurai, 2001, pp. 1-21), na medida em que os movimentos sociais, as redes e as organizações não-governamentais se despojaram das suas raízes nacionais e se transformaram em redes transnacionais. No entanto, como nos alerta Manuel Carlos Silva (2000), a força da globalização das bases no quadro da chamada cidadania global continua a ser muito inferior à força global do capital. Pelo que Silva (2000, p. 294) prefere utilizar o conceito de “contrapontos de dissidência, resistência e mobilização” em detrimento do conceito de globalização contra-hegemónica, uma vez que para o autor, “nem todas as resistências, dissidências e contra-correntes (...) possuem um conteúdo cosmopolita emancipatório e outras estão hoje longe de ser generalizáveis” (Silva, 2000, p. 296). Para além disso, “a globalização cultural hegemónica aceita e coexiste com determinadas culturas que nela se enquadrem ou a ela se moldem e domestica, quando não reprime, as que lhes são adver-

sas, resistentes ou dissidentes” (Silva, 2000, p. 297), pelo que importa na análise que se segue dos novos movimentos sociais globais não ignorar a enorme desigualdade de forças que se verifica entre a globalização hegemónica e globalização contra-hegemónica.

A etapa do surgimento dos movimentos globais iniciou-se no fim dos anos noventa, com os primeiros dias de ação global do grupo *Peoples' Global Action* (PGA), onde se inclui o protesto de novembro de 1999 contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle (EUA); iniciou-se o que para alguns é considerada a primeira batalha globalmente reconhecida entre os que lutam contra a globalização hegemónica. A OMC havia convocado a chamada “Ronda do Milénio” - um conjunto de negociações dirigidas a estabelecer novas regras para a liberalização do comércio mundial. A informação circulou de uma forma rápida na rede e os atores e atorras dos movimentos sociais em todo o mundo organizaram uma declaração contra o aumento do mercado global dominado pelas corporações. Com a ajuda de muitos e importantes corresponsáveis na internet, reuniu-se uma vasta coligação, incluindo as ONGs tradicionais, os heróis do ativismo cultural e os jovens *cyber-grunge*. Cerca de 50000 pessoas corresponderam à chamada e manifestaram-se nas ruas de Seattle, obstruindo a reunião e ajudado a deter as negociações. Durante o ano 2000 suscitaram-se eventos similares em cidades dos cinco continentes, à medida que se iam realizando reuniões importantes, surgia a oportunidade para reuniões e protestos alternativos (Juris *et al*, 2012, pp. 25-26).

A fase de consolidação iniciou-se em janeiro de 2001, em Porto Alegre (Brasil). Até este momento as mobilizações tinham sido mais reativas do que pró-ativas: opunham-se ao modelo de globalização corporativa em vez de proporem um modelo alternativo. Com a mudança de milénio, os representantes de ONG brasileiras e da ATTAC, uma associação criada em Paris por iniciativa do *Le Monde Diplomatique*, propuseram a organização de um Fórum Social Mundial (*World Social Forum* - WSF) como alternativa ao Fórum Económico Mundial (*World Economic Forum*) em Davos. Outros movimentos, redes e iniciativas de ativistas e intelectuais do norte e sul globais que procuram novas formas flexíveis, inclusivas e diversas de política e de organização social, como a mobilização do “Outro Davos” ou o Fórum Mundial de Alternativas, coincidiram também com o processo do WSF. O primeiro WSF contou com a participação de cerca de 20 000 pessoas, sendo que 4 700 destas

eram delegadas de diversas entidades representando 117 diferentes países, incluindo sindicatos, ativistas, estudantes, ambientalistas, mulheres, camponeses, redes religiosas e de solidariedade, para desenvolver, partilhar e debater alternativas à globalização neoliberal. Desde então, os fóruns que se seguiram atraíram muitos mais participantes, chegando aos 150 000 no terceiro fórum em Porto Alegre. O processo do fórum ampliou-se transnacionalmente, com a realização de fóruns globais em Mumbai (2004) e em Nairobi (2008), ao mesmo tempo que acontecimentos locais e regionais associados com o fórum se organizaram em quase todos os continentes (Juris *et al*, 2012, p. 26).

Segundo Santos (2002), teórico e ativista dos movimentos globais, vivemos em tempos de mudanças em grande escala e em diferentes ordens, atravessamos uma fase de “transição paradigmática”, onde se podem verificar a emergência de novos manifestos, atores, práticas e lutas que reivindicam “outro mundo possível”, urgente e necessário. O Fórum Social Mundial,² neste sentido, pretende englobar a diversidade de pessoas, movimentos sociais e lutas de resistência, formando o que se poderá chamar de globalização contra-hegemónica. Trata-se de um novo tipo de movimento que, para Santos (2001), simboliza uma rutura com as formas de organização das classes populares surgidas durante o século XX. É um movimento muito heterogêneo ao nível da sua base social e, contrariamente ao que se podia pensar, dominam as organizações de trabalhadores, embora não se apresentem como tal. Apresentam-se como camponeses, desempregados, indígenas, afro-descendentes, mulheres, jovens, homossexuais, habitantes de bairros degradados, ativistas da democracia participativa local ou dos direitos humanos, ecologistas, entre outros. Unem-se no mesmo lema: “outro mundo é possível”, um mundo heterogêneo e inclusivo, que se traduz na capacidade de articular diferentes agendas de transformação social, umas mais radicais do que outras, umas mais culturais, outras mais económicas e outras essencialmente políticas (Bonet, 2010, p. 134).

2 Consulte o 1.º princípio da Carta de Princípios do Fórum Social Mundial: “O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de ideias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.” (Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br>, acessado a 3 de Novembro de 2014).

Para Santos (2001, p. 178), “a maior novidade dos novos movimentos sociais reside em constituírem tanto uma crítica da regulação social capitalista, como uma crítica da emancipação social socialista tal como foi definida pelo marxismo.” Os novos movimentos globais ao identificarem novas formas de opressão que ultrapassam as relações de produção, como a poluição, a guerra, o machismo, o racismo ou o produtivismo e ao defenderem um novo paradigma social, menos baseado na riqueza e no bem-estar material e mais centrado na cultura e na qualidade de vida, denunciam os excessos de regulação da modernidade com uma radicalidade sem precedentes. Tais excessos, segundo o autor, afetam a totalidade da vida, não só o modo como se trabalha e produz, mas também o modo como as pessoas descansam e convivem. O aumento da pobreza e das assimetrias das relações sociais são a outra face da alienação e do desequilíbrio dos indivíduos. Sendo importante destacar que essas formas de opressão não afetam especificamente uma classe social, mas alcançam transversalmente a sociedade no seu todo (Santos, 2001, p. 178).

Na tentativa de transformar a sociedade, a diversidade e a heterogeneidade foram a resposta aos fracassos das lutas socialistas do século passado, todas elas centradas no movimento operário e na contradição capital-trabalho. Para Santos, a suposta homogeneidade sociológica das forças anticapitalistas nunca existiu e, por sua vez, a polarização das diferenças políticas foi uma constante do século passado, muitas vezes com consequências desintegradoras (Bonet, 2010, p. 134). Ao analisarmos a composição sociológica dos novos movimentos sociais podemos observar que na sua base se encontram maioritariamente trabalhadores e trabalhadoras, apesar de não se organizarem como tal nem recorrerem às formas históricas do movimento operário – sindicatos e partidos operários. Organizam-se em torno de outras causas, pela igualdade de género, pela preservação do ambiente, pelos direitos humanos, pela democracia participativa, entre outras. Esta aparente perda da vocação histórica dos trabalhadores leva Santos a colocar uma questão pertinente, ao ser entrevistado por Bonet (2010, p. 139): “porque é que nos últimos trinta anos os trabalhadores se mobilizam menos a partir da identidade vinculada ao trabalho e mais a partir de outras identidades que sempre tiveram?” O autor avança com alguns contributos para uma resposta: destaca as transformações profundas que se têm verificado na produção capitalista, tanto no âmbito das forças produtivas como

no âmbito das relações de produção. Explicitando, se por um lado, os avanços tecnológicos nos processos de produção, a revolução nas tecnologias da informação e da comunicação e a redução dos custos dos transportes modificaram profundamente a natureza, a organização, a lógica e as hierarquias do trabalho industrial. Por outro lado, a exponencial globalização do capitalismo ao conseguir evitar a regulação estatal das relações capital-trabalho afetou profundamente a identidade socio-política dos trabalhadores e das trabalhadoras, uma vez que era sobre aquela regulação que esta identidade se fundamentava. A desregulação da economia condicionou a identidade operária, abrindo espaço para a emergência de outras identidades que até então estavam latentes ou reprimidas pelos/as próprios/as trabalhadores/as. De uma forma progressiva, as identidades alternativas tornaram-se mais credíveis e eficazes para canalizar o protesto contra a deterioração das condições de vida dos/as trabalhadores/as, o agravamento das desigualdades e das injustiças sociais (Bonet, 2010, p. 140).

A breve mas intensa história do movimento de globalização alternativa revela uma série de características únicas que foram exploradas na literatura (Juris, 2005 e 2008a; Della Porta & Tarrow, 2005; Feixa *et al*, 2002; Castells, 2001; Sommier, 2003): a ênfase no globalismo e na transnacionalidade e na sua articulação com os contextos locais; o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação, essencialmente a internet; a articulação das lutas por redistribuição de recursos económicos com as lutas por reconhecimento identitário; o desenvolvimento de formas inovadoras de ação coletiva; a criação de novas formas de organização e a confluência de diversas tradições e organizações sob um lema comum. Estas análises refletem diversas aproximações e tensões: ao mesmo tempo que mantêm a continuidade com as formas prévias de protesto, enfatizam a sua descontinuidade; tomam-no como um novo movimento social, assinalando as suas características de redes e a considerá-las como um quadro mestre a organizar e a dar forma às diversas lutas.

Na análise de Damião de Medeiros (2013, p. 81),

após a manifestação em Seattle (1999), a luta dos movimentos globais, ou altermundialistas, distingue-se: (1) pelas suas redes articuladas globalmente; (2) pela criação de fóruns sociais que promovem a globalização por debaixo; (3) pela autoreflexividade dos seus atores “glocals”; (4) pela possibilidade de criar alternativas democráticas ao neoliberalismo e à crescente

iniquidade na distribuição da riqueza e do poder; e, finalmente (5) pela construção de uma esfera pública transnacional e cosmopolita.

Mais do que combater as lógicas de exploração, os novos movimentos sociais globais têm como grande objetivo a construção de um outro mundo diferente onde possam ser reconhecidos os indivíduos e as causas que os unem e que até então eram desprezadas e silenciadas. Os novos movimentos sociais globais opõem-se à invasão do estado e do mercado na vida social, reivindicando o direito individual de definir as suas identidades e de determinar as suas vidas privadas contra a omnipresente manipulação do sistema (Della Porta & Diani, 2006, p. 9). Tal como destaca Damião de Medeiros (2013, p. 82), esta globalização “de baixo para cima” revela um carácter emancipatório, em que a articulação e a reciprocidade de várias lutas, entre diferentes resistências locais e transnacionais, tornam-se fundamentais na definição da ação dos novos movimentos sociais. A globalização contra-hegemónica, manifesta características qualitativamente diferentes daquelas que os movimentos do período industrial apresentavam. A procura pela liberdade individual, pela subjetividade e pelo reconhecimento da diferença das diferentes identidades constitui-se como um traço fundamental dos novos movimentos sociais. Neste novo caminho cosmopolita, a juventude poderá assumir um papel de protagonismo, principalmente se tivermos em conta o paradigma tecnocientífico em que nos movemos. Juris & Pleyers (2009) ao analisarem as culturas emergentes de participação dos/as jovens nos movimentos de justiça global, destacam que apesar da grande participação da juventude nestes novos movimentos, de uma forma geral não são concebidos como movimentos juvenis, mas como lutas intergeracionais. Mesmo assim, os movimentos de globalização alternativa envolvem várias características chave que facilitam a participação de ativistas mais jovens. Em primeiro lugar, organizam-se em torno de redes informais facilitadas pelas novas tecnologias. Em segundo lugar, são globais relativamente ao seu alcance geográfico e temático, uma vez que os/as ativistas vinculam as suas lutas enraizadas localmente com diversos movimentos noutros lugares. Por fim, implicam formas não tradicionais e bastante expressivas de protesto de ação direta. Uma das características dos/as jovens ativistas será a sua apetência por formas não convencionais de protesto, incluindo repertórios criativos, expressivos ou violentos. Uma importante diferença em relação

aos movimentos sociais anteriores, segundo Castells (2001), é que, pela primeira vez, os/as jovens não estão numa posição subalterna, em especial no que se refere ao campo tecnológico. As dinâmicas socioculturais pós-modernas situam os/as jovens num lugar de inédita relevância.

Além da sua finalidade utilitária, as ações massivas diretas realizadas próximo das cimeiras internacionais constituem representações culturais complexas que permitem aos e às participantes comunicar mensagens simbólicas a uma audiência, ao mesmo tempo que possibilitam um fórum onde se comunica e experimenta, através de relações de reconhecimento intersubjetivo, vários significados simbólicos (Juris, 2005 e 2008b). Os novos movimentos globais organizam-se como redes, constituídas por grupos descentralizados e por marcas identitárias, que implicam tanto a individualização como a não diferenciação. Estas “redes de movimento” transnacionais incluem um amplo campo de indivíduos, organizações e estruturas com um núcleo forte mas flexível, uma periferia não tão ativa mas diversa e vários nós de interconexão onde fluem constantemente os recursos e o conhecimento (Álvarez *et al*, 1998, pp. 1-29). Pela primeira vez desde os anos sessenta, segundo Della Porta & Diani (2006, p. 2), o conjunto de mobilizações pela globalização contra-hegemónica parece ter o potencial para uma mudança global generalizada, combinando temas típicos dos movimentos clássicos com temas característicos dos novos movimentos, como a preservação do ambiente ou a igualdade de género.

No mundo de hoje onde o descontentamento aumenta, parece-nos importante compreender as linhas estruturantes dos novos movimentos sociais, onde a inovação e a rutura com experiências passadas não deixam de se conjugar com algumas linhas de continuidade. Como nos elucida Elísio Estanque (2012, p. 5), hoje já não são os trabalhadores de um lado e os estudantes do outro, mas sim todo um conjunto de grupos sociais afetados pela incerteza e pela precariedade, congregando estudantes, novos trabalhadores, funcionários descartados, reformados antecipados e as vítimas das políticas de austeridade e de reestruturação do Estado social. É neste contexto que se podem conjugar condições propícias para “criar uma aliança explosiva entre o campo laboral e o universo estudantil” (Estanque, 2012, p. 6), aumentando dessa forma a conflitualidade social. Os excessos do mercado que a globalização neoliberal e o capitalismo financeiro disseminaram pelo mundo têm tido efeitos devastadores nas últimas décadas, com o aumento das desigual-

dades, do desemprego e das mais variadas ameaças para a segurança e bem-estar geral. Daí têm derivado novas formas de protesto e de ativismo, sobretudo dinamizadas pelas camadas mais jovens e escolarizadas, que recorrem cada vez mais às novas tecnologias da informação e da comunicação (Estanque, 2012, p. 10).

Para Santos (2012, pp. 139-140) a pluralidade do movimento global alternativo significa que a agregação de lutas, de interesses e de energias é feita de forma a respeitar as diferenças entre movimentos e a manter intatas as suas autonomias. Isto é, a construção da articulação e da agregação tem um valor e uma força independentes dos objetivos ou lutas que se agregam. É nesta construção que reside o potencial destabilizador das lutas. Na capacidade de promover a passagem do que é possível num determinado momento para o que está emergindo como tendência ou latência de novas articulações e agregações. Muitas vezes, para este autor, são as lutas mais periféricas e os movimentos menos consolidados num determinado momento os que transportam consigo a emergência de novas possibilidades de ação e de transformação.

Verifica-se a existência de movimentos mais centrados na questão do reconhecimento das diferenças e outros mais centrados na luta pela igualdade. Para Santos (2012, p. 158), esta diferença resulta do facto que nas sociedades contemporâneas coexistem dois princípios de distribuição hierárquica das populações: as trocas desiguais entre iguais – em que a exploração dos trabalhadores por parte dos capitalistas é um exemplo paradigmático – e o reconhecimento desigual das diferenças, como o racismo, o sexismo e a homofobia que são exemplos paradigmáticos.

Chegados a este ponto, parece-nos importante convocar o contributo crítico de Axel Honneth (2004, p. 352) com o reconhecimento a constituir-se como a base de uma teoria da justiça na qual “a experiência de injustiça é sempre medida em termos de impedimento de algum reconhecimento considerado legítimo” em que “o estabelecimento da ordem social capitalista liberal deve ser descrita como um processo de diferenciação por três esferas de reconhecimento”, que são, segundo a sua tipologia: amor, direitos e solidariedade, que constituem o núcleo de um modelo,³ que o autor recupera e aprofunda desde Hegel, de forma a apreender o conjunto da sociedade, nas suas várias dimensões: económica, política e cultural. A razão que levou Honneth (2010, pp. 47-48) a

3 De forma a aprofundar esta proposta teórica confira Honneth ([1992] 2011e [2005] 2007).

recuperar a ideia de luta pelo reconhecimento não se prende com a procura de reconhecimento cultural por parte dos grupos sociais. O autor insere o seu estudo nas tendências historiográficas manifestas a partir da década de sessenta, que reconstruíam as lutas por reconhecimento do século XIX adotando o ponto de vista da honra e do respeito. Entre esses historiadores inclui-se Barrington Moore e Edward Thompson que juntamente com outros historiadores ingleses mostraram que os movimentos operários articulavam as suas reivindicações em torno do conceito de honra, ao mesmo tempo que reclamavam respeito pelas suas formas específicas de atividade e pelas suas práticas culturais características. Honneth atribui assim uma grande importância a esta corrente teórica, pois ela mostra uma nova perspectiva sobre as lutas sociais do passado, refutando a ideia clássica segundo a qual as confrontações e os movimentos sociais deveriam ser explicados seguindo o padrão de lutas de interesses. Neste sentido, as confrontações e as lutas sociais poderão ser melhor compreendidas se tivermos em conta as gramáticas morais que lhes estão subjacentes. O que Honneth (2010, p. 49) pretende não é opor-se radicalmente às explicações utilitaristas dos conflitos sociais, mas sim completá-las a partir de disposições morais e normativas que estão na base das lutas sociais. Da mesma forma, o autor não pretende reduzir a política de reconhecimento a uma questão unicamente cultural, mas sim ampliar o conceito de reconhecimento de forma a explicar o conflito e as lutas sociais.

Ao indagarmos a contribuição de Honneth ([1992] 2011; 2010) para a teorização dos movimentos sociais, percebemos que as experiências de desrespeito e os sentimentos morais de injustiça são a força motriz das lutas sociais. As experiências de sofrimento poderão motivar os sujeitos a articularem-se em lutas coletivas que pretendem ampliar as relações de reconhecimento. É a partir das experiências morais de desrespeito que se pode mobilizar a ação coletiva, quando estas são articuladas com outros sujeitos com vivências semelhantes, “num quadro interpretativo intersubjetivo que as comprova como típicas para todo um grupo” (Honneth [1992] 2011, p. 220). Desta forma, “a formação de movimentos sociais depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências pessoais de desengano como algo que atinge não somente o eu individual, mas igualmente um círculo de muitos outros sujeitos” (Honneth [1992] 2011, p. 220). A noção de semântica coletiva pretende explicar o modo como os movimen-

tos sociais se estruturam, ao construírem um conjunto de significados comuns que nomeiam o sofrimento de um grupo. Honneth não reduz as lutas sociais às explicações utilitaristas, mas pretende revelar a base moral que rege as relações sociais, resgatando assim o sofrimento e o desrespeito como motivações morais para a ação coletiva.

Desde a Revolução Francesa, qualquer grupo que tenha lutado por reconhecimento social não deixou de apresentar o ideal da liberdade individual no seu manifesto. Os movimentos nacionais revolucionários e os movimentos da libertação da mulher, o movimento trabalhista e movimentos de direitos civis – todos estes lutaram contra formas de desrespeito legais e sociais percebidos como incompatíveis com as suas reivindicações de auto-respeito e autonomia individual. Os/as aderentes a estes movimentos sociais estavam convencidos/as, até ao âmago do seu “sensorium” moral, que a justiça exige igualdade de oportunidade de liberdade e mesmo quando o alcançar deste objetivo significou a restrição da liberdade individual, o postulado da liberdade continuou a legitimar os objetivos destes movimentos. Na modernidade, a exigência de justiça só é considerada legítima quando é feita alguma referência à autonomia do indivíduo; não é a vontade da comunidade ou ordem natural, mas sim a liberdade individual que forma a fundação normativa de todas as concepções de justiça (Honneth, 2014, pp. 16-17).

Santos (2001, 2012) ao também pretender construir uma teoria crítica, opõe-se ao que denomina “pensamento abissal”, eurocentrista e colonizador, critica o “desperdício da experiência”, motivado pela exclusão do outro, cujo reconhecimento deveria ser a base de um diálogo intersubjetivo relevante. A tradução intercultural e interpolítica, proposta por Santos (2012, p. 158), é que irá possibilitar a criação de novas linguagens emancipadoras e a concretização de ações coletivas entre movimentos que combinam a luta pela igualdade com a luta pelo reconhecimento das diferenças. O pensador português opõe-se a uma teoria geral, como aquelas construídas pela civilização ocidental. Segundo Santos (2007, p. 39), “a diversidade do mundo é inesgotável, não há teoria geral que possa organizar toda essa realidade”. A alternativa proposta pelo autor à teoria geral é o trabalho de tradução. A tradução é o procedimento que permite a inteligibilidade mútua entre as experiências do mundo, que são viáveis e possíveis, reveladas por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, capaz de lidar com os desafios do presente e propor alternativas viáveis.

O procedimento de tradução não estabelece hierarquias em abstrato entre os movimentos ou entre as lutas e muito menos determina a absorção de uns por outros. Através da tradução é possível tornar porosas as identidades dos diferentes movimentos e lutas presentes, de forma que tanto o que os separa como o que os une se torne cada vez mais visível e seja tido em conta nas alianças e articulações necessárias. Traduzir significa sempre afirmar a alteridade e reconhecer a impossibilidade de uma transparência total. O procedimento de tradução é um procedimento emancipatório de aprendizagem mútua (Santos 2012, p. 154).

Para Santos (2012, p. 155), a tradução, ao assumir-se como interpública, deverá reconhecer as diferenças entre os vários movimentos e organizações sociais e procurar que o debate entre elas diminua as resistências e a insegurança. Da mesma forma, o procedimento de tradução é também intercultural porque pretende responder às mudanças culturais produzidas nos últimos trinta anos nas lutas de resistência contra o colonialismo, o sexismo e o capitalismo, entre outros. Santos destaca que as lutas mais inovadoras foram protagonizadas no Sul Global e envolveram grupos e classes sociais que tinham sido ignorados pela teoria crítica dominante, maioritariamente produzida no Norte Global. Estas lutas ampliaram o repertório das reivindicações e dos objetivos, formularam-nos com novas linguagens referentes a universos culturais diferentes dos da modernidade ocidental. Assim, tornou-se evidente que a emancipação social tem muitos rostos e que os diferentes movimentos estão ancorados em diferentes culturas, transportam diferentes conhecimentos e diferentes misturas entre conhecimento científico e senso comum. A construção do diálogo entre movimentos e organizações, como refere Santos (2012, p. 155), deverá ter em conta esta realidade e interpretá-la como algo enriquecedor, em vez de considerá-la uma limitação à articulação entre os movimentos que constituem a globalização contra-hegemónica.

Ao convocar as abordagens teóricas de dois autores reconhecidos internacionalmente como grandes teóricos contemporâneos da teoria social e política, como são Axel Honneth e Boaventura de Sousa Santos, não é nossa intenção fazer um balanço das suas teorias, mas sim discutir alguns aspetos dessas teorias, procurando um núcleo comum, de forma a contribuir para uma sociologia crítica capaz de responder aos objetivos deste ensaio. Apesar das diferenças entre estes pensadores, ambos procuram um paradigma intersubjetivo que se distingue tanto

das abordagens holistas como individualistas. Um segundo ponto em comum será a ênfase na dimensão político-normativa que as suas teorias comportam, na medida em que ambicionam um horizonte além do existente, apontando caminhos para a mudança social. Daí percebe-se a invocação por parte destes autores de conceitos como justiça, direitos humanos, reconhecimento, autonomia emancipação social, entre outros.

Ao trabalharmos estas abordagens nos seus aspetos complementares, não podemos ignorar que Santos está fortemente empenhado em construir uma alternativa às teorias do Norte Global. Neste sentido, a teoria de Santos também pode ser vista como um contraponto crítico à construção teórica de Honneth. Mantendo a vigilância epistemológica, consideramos que estas duas propostas teóricas, críticas e abrangentes poderão contribuir para a construção de alternativas, ou como nos elucidou Santos (2007: 20), mais do que construir alternativas necessitamos acima de tudo é de construir “um pensamento alternativo às alternativas”.

NOTAS FINAIS

A partir da última década do século XX, o mundo testemunhou o surgimento e a afirmação de um novo ciclo de ação coletiva, marcada por novas lutas e gramáticas de resistência, por diferentes espaços de participação e por novas formas de organização. Depois de comparar estes novos movimentos globais com outros movimentos sociais que os precederam, analisámos algumas das importantes construções teóricas que nos ajudam a perceber estas novas lutas do nosso tempo. Através da teoria do reconhecimento de Honneth percebemos as diferentes dinâmicas que permitem a transformação dos sentimentos de sofrimento em experiências coletivas que podem, eventualmente, conduzir a reivindicações políticas. Com Santos, depois de uma forte crítica à globalização hegemónica, convoca-se os saberes do Sul do mundo, muitas vezes desprezados e marginalizados, para a construção de um pensamento alternativo. O autor propõe o procedimento de tradução com o objetivo de estimular entre os movimentos e organizações sociais progressistas a vontade de criar em conjunto saberes e práticas suficientemente fortes para fornecer alternativas credíveis à globalização neoliberal.

Os movimentos sociais que lutam por uma globalização alternativa constituem um novo fenómeno político focado na ideia de que a fase atual do capitalismo global exige novas formas de resistência e novas direções para a emancipação social. Os/as jovens ao encontram-se, por definição, numa fase de transição nas suas vidas e, portanto, mais abertos a várias alternativas e à mobilização social e política, tanto na prossecução de interesses individuais, como de interesses mais gerais, poderão exercer um papel fundamental.

O inconformismo, a vontade de transformar, de fazer revolução, de por em causa o estabelecido, de apresentar novas opiniões e, em especial, de se mobilizar e mobilizar todo um povo em torno de uma causa sempre foram as principais características da juventude. A juventude, tendo sido sempre protagonista dos movimentos sociais, poderá exercer um papel fundamental na reinvenção da emancipação social no século XXI.

BIBLIOGRAFIA

- ÁLVAREZ, S. E., Dagnino, E., y Escobar, A. (1998). Introduction: the Cultural and Political in Latin American Social Movements. In Alvarez, S. E.; Dagnino, E. y Escobar, A. (Eds.), *Cultures of Politics, Politics of Cultures: Re-Visioning Latin American Social Movements*. Boulder, CO: Westview Press.
- APPADURAI, A. (2001). Grassroots Globalization and the Research Imagination. In Appadurai, A. (Ed.), *Globalization*. Durham, N. C. y Londres: Duke University Press.
- AUGUSTO, Nuno. (2008). A juventude e a(s) política(s): desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 81, junho, pp. 155-177.
- BONET, Antoni. (2010). La democracia revolucionária, un proyecto para el siglo XXI. Entrevista a Boaventura de Sousa Santos. *Revista Internacional de Filosofía Política*, nº 35, octubre, pp. 117-148.
- CASTELLS, Manuel. (2004). *The Information Age: Economy, Society and Culture*, vol. II - The Power of Identity. Oxford: Blackwell.
- CASTELLS, Manuel. (2001). *The Internet Galaxy*. Oxford: Oxford University Press.
- DAMIÃO DE MEDEIROS, Pilar. (2013). O Intelectual Engagé dos Movimentos Sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 73, p. 79-92.
- DAMIÃO DE MEDEIROS, Pilar. (2015). Políticas de juventude nos Açores: uma reflexão em torno da condição da(s) juventude(s) (pós)moderna(s). In Medeiros, T. (Coor.), *Adolescência: desafios e riscos*. Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições.

- DELLA PORTA, Donatella & Tarrow, Sidney. (2005). *Transnational protest and global activism*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- DELLA PORTA, Donatella & Diani, Mario. ([1999] 2006). *Social Movements. An Introduction*, 2ª ed. Malden, MA and Oxford: Blackwell Publishing.
- DELLA PORTA, Donatella & Caiani, Manuela. (2009). *Social Movements and Europeanization*. Oxford: Oxford University Press.
- ESTANQUE, Elisio. (2012). Movimentos sociais: a nova rebelião da classe média. *Ensino Superior – Revista do Sindicato Nacional do Ensino Superior*, nº 43, jan/fev, p. 28-37.
- FEIXA, C., Saura, J.R., & Costa, C. (Eds.) (2002). *Movimientos juveniles: de la globalización a la antiglobalización*. Barcelona: Ariel.
- HANNERZ, Ulf. (1998). *Conexiones transnacionales*. Valência: Frónesis.
- HONNETH, Axel. ([1992] 2011). *Luta por reconhecimento: para uma gramática moral dos conflitos sociais*. Lisboa: Edições 70.
- HONNETH, Axel. ([2005] 2007). *Reificación: un estudio en la teoría del reconocimiento*. Buenos Aires: Katz.
- HONNETH, Axel. (2010). *Reconocimiento y menosprecio - Sobre la fundamentación normativa de una teoría social*. Buenos Aires: Katz Editores.
- HONNETH, Axel. (2014). *Freedom's Right - The Social Foundations of Democratic Life*. Cambridge (UK): Polity Press.
- JURIS, Jeffrey. (2005). The New Digital Media and Activist Networking within Anti-Corporate Globalization Movements *The Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, no. 597, p. 189-208.
- JURIS, Jeffrey. (2008a). *Networking Futures: the Movements against Corporate Globalization*. Durham: N.C., Duke University Press.
- JURIS, Jeffrey. (2008b). Performing Politics: Image, Embodiment, and Affective Solidarity during anti-Corporate Globalization Protests. *Ethnography*, vol. 1, no. 9, p. 61-97.
- JURIS, J. y Pleyers, G.H. (2009). Alter-Activism: Emerging Cultures of Participation among Young Global Justice Activists. *Journal of Youth Studies*, vol. 1, no. 12, p. 57-75.
- JURIS, Jeffrey, Pereira, Inês & Feixa, Carles. (2012). La globalización alternativa y los 'novísimos' movimientos sociales. *Revista del Centro de Investigación*, Universidad La Salle, Vol. 10, núm. 37, enero-junio, p. 23-39.
- MELUCCI, Alberto. (2001). *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- PAIS, Machado. (1990). A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise Social*, XXV, (105-106), pp. 139-165.

- PAIS, Machado. (2003). *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (2001). Los nuevos movimientos sociales. *Observatorio Social da América Latina*, CLACSO-Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais, año nº 5, septiembre, p. 177-184.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (2002). *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência – Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Vol. 1. 4ª ed. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (2012). *De las dualidades a las ecologías*, La Paz – Bolívia. Red Boliviana de Mujeres Transformando la Economía – REMTE.
- SILVA, Manuel Carlos. (2000). Globalização hegemónica e globalização contra-hegemónica. In Viegas, J. M. & Dias, E. C. (Org.), *Cidadania, integração, globalização*. Oeiras: Celta Editora.
- SOMMIER, Isabelle. (2003). *Le renouveau des mouvements contestataires à l'heure de la Mondialisation*. Paris: Flammarion.
- TOURAINÉ, Alain. (1978). *La voix et le regard, Sociologie des mouvements sociaux*. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, Alain. (2006). Na fronteira dos movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, 21(1), Brasília, p. 17-28.

NOTAS BIOGRÁFICAS

ÁUREA SANDRA TOLEDO SOUSA

Professora auxiliar no Departamento de Matemática da Universidade dos Açores e investigadora (membro integrado) do Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico (CEEApA). É doutora em Matemática (ramo de Probabilidade e Estatística) pela Universidade dos Açores, mestre em Estatística e Gestão de Informação pelo Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação (ISEGI) da Universidade Nova de Lisboa e licenciada em Matemática pela Universidade dos Açores. Os seus principais interesses de investigação são a Análise de dados Multivariados, Probabilidades e Estatística, Análise de Dados Simbólicos e Estatística Computacional. Nessas áreas, tem apresentado comunicações e publicado artigos científicos.

FERNANDO DIOGO

Sociólogo. Professor Auxiliar da Universidade dos Açores, investigador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc; Coordenador do Mestrado em Ciências Sociais. Desempenha funções na Secção de Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais da APS e é membro do grupo de trabalho sobre pobreza infantil da EAPN. Os seus interesses centram-se na Pobreza e no RSI, em relação com a educação e a pobreza infantil, e na precariedade no emprego, no emprego feminino e na relação dos jovens com o mundo do trabalho.